

Legislação Ambiental Brasileira: Entraves, Sucessos e Propostas Inovadoras no Âmbito da Pequena Propriedade

Fórum sobre Área de Preservação Permanente e Reserva Legal na Paisagem e Propriedade Rural

Piracicaba, 20 a 22 de novembro de 2007

APP são áreas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas.

Tratando-se de áreas com funções tão importantes para o meio ambiente e para a sociedade, como explicar a grande quantidade de conflitos decorrentes da aplicação da lei?

Porque a parte significativa das APP encontra-se degradada ou sob algum nível de perturbação?



COBERTURA FLORESTAL
(Inventário Florestal, SMA/IF, 2002)

A aplicação da lei desconsiderando os aspectos técnicos envolvidos, como se fosse uma questão de fé, é a origem da maior parte dos conflitos observados.

Restrições sem justificativas técnicas convincentes enfraquecem o instrumento legal, dificultando ou até inviabilizando sua aplicação, e em nada contribuem para a proteção ambiental.

É preciso valorizar a abordagem técnica!

Alguns exemplos

- **Topos de morro degradados considerados intocáveis (caso do Vale do Paraíba, morros desmatados para o cultivo de café e em processo de erosão)**
- **Restinga (300m a contar da linha de preamar) quando a maior parte da população brasileira vive no litoral**
- **Altitudes superiores a 1.800m (região inteira é APP)**
- **Regiões Metropolitanas (foram APP de 1978 a 1989)**
- **Não aceitação de recuperação parcial de APP (tudo ou nada)**
- **Restrição a uso de espécies pelo local de ocorrência e não pela função**

Alguns problemas

Sucessivas alterações na legislação e regulamentos

Exemplo APP ciliar

- Entre 5m e 100m - de 1965 a 1986
- Entre 30m e alguns quilômetros (largura igual à distância entre as margens) – de 1986 a 1989
- Entre 30m e 500m – desde 1989

APP “criada”

Caso das represas – uso anterior regular , sem indenização

Análise temporal – atuais APP podem ter sido ocupadas quando as áreas não se encontravam sob proteção legal

Alguns problemas

Dificuldades para delimitação

Exemplo topo de morro e linha de cumeada:

- **Critério subjetivo (onde é a base?)**
- **Alterada com escala (27km² X 116km² - 1:250.000 X 1:50.000)**

Exemplo campos úmidos antrópicos: onde acaba o leito maior sazonal e começa a APP?

Alguns problemas

Desconsiderar uso atual e o histórico da área: tratar da mesma maneira áreas com e sem vegetação

O pressuposto de que a regeneração natural ocorrerá não é necessariamente válido

Barreiras ecológicas à regeneração natural:

- ausência de propágulos**
- falhas no recrutamento de plântulas e indivíduos jovens**
- fatores de estresse**
- impedimento para o estabelecimento de interações essenciais para a manutenção da integridade do ecossistema**

Alguns problemas

Analisar as APP fora do contexto da paisagem ou da bacia hidrográfica em que se encontram

As funções ecológicas das APP são fortemente influenciadas pelas condições da região e pelo uso das áreas adjacentes

Alguns problemas

Os instrumentos de comando e controle são necessários, mas não são suficientes

A legislação proíbe o desmatamento e as atividades que impedem a regeneração natural, mas não obriga a restaurar a vegetação

É preciso considerar aspectos sociais e econômicos

80% do território de SP é área privada

Em alguns casos o retorno do investimento na adequação ambiental é negativo

Estratégias que facilitem a recuperação das APP degradadas ou perturbadas devem ser consideradas, ainda que impliquem em algum uso temporário ou de baixo impacto

No caso de pequenas propriedades (agricultura familiar) a legislação admite Sistemas Agroflorestais em APP, o que representa uma alternativa interessante

Para propor usos de baixo impacto e estratégias inovadoras para a restauração de APP é necessária avaliação técnica, considerando a compatibilidade do que se propõe com as funções da vegetação, visando a restauração dos processos ecológicos

De novo: é preciso valorizar a abordagem técnica!





PORQUE NÃO SE RECUPERA MATAS CILIARES EM GRANDE ESCALA?

Ameaça à função, estrutura e estabilidade do ecossistema

Dificuldade de implementação de programas de recuperação de matas ciliares de grande abrangência levando à existência de grande extensão de áreas ciliares sem vegetação nativa

Dificuldade para o engajamento de proprietários e produtores rurais

Recursos financeiros insuficientes e mal explorados

Déficit regional na oferta de sementes e mudas (quantitativo e qualitativo)

Dificuldade de implantação de modelos de recuperação de matas ciliares adequados

Dificuldade de comunicação, mobilização, capacitação e treinamento

Falta de instrumentos para planejamento e monitoramento integrados

PROJETO MATA CILIAR

APOIO DO GEF/BIRD

(2006/2009)

OBJETIVOS GERAIS DO PROJETO

Desenvolver instrumentos, metodologias e estratégias para viabilizar um programa de restauração de matas ciliares de longo prazo e abrangência estadual

ELIMINAR GARGALOS

DIRETRIZES

A unidade de trabalho é a microbacia

Coordenação com o PEMH (SAA/CATI)

Integração com outros projetos e programas

Participação de várias unidades da SMA (DPP, CPLEA, IF, FF, IBt, CPRN, CETESB) e da SAA (CATI e IEA)

Parcerias com prefeituras, ONG, associações de produtores, universidades, comitês e bacia, etc.

Sem prejuízo das ações de fiscalização e controle

PROJETO ESTRATÉGICO MATA CILIAR

objetivo:

**ampliar a cobertura florestal de 13,7% para 20%
+ 1,7 milhões ha: áreas ciliares, áreas sem vocação agrícola,
corredores
considerar classe de capacidade de uso das terras**

Estratégias gerais:

Isolar e proteger as áreas ciliares, permitindo a regeneração natural

Recuperar as matas ciliares: plantio de mudas de espécies nativas de ocorrência regional com alta diversidade e indução/condução da regeneração natural – novas estratégias e modelos

Áreas prioritárias:

nascentes, mananciais, grandes propriedades rurais, fragmentos prioritários para a conservação da biodiversidade, formação de corredores para interligação de fragmentos e UC

Articulação com setores de agronegócios (Projeto Etanol Verde - Protocolo Setor Sucroalcooleiro) e Prefeituras (Projeto Município Verde)

Fiscalização para coibir o uso (permitir a regeneração natural)

Criação do Banco de Áreas Disponíveis para Recuperação Florestal

Cadastro de áreas ciliares (Resolução 42/2007)

Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (SMA/SAA-CATI)

Novas metodologias de restauração florestal (indução/condução da regeneração natural)

- redução de custo,
- alternativas de renda – SAF em pequenas propriedades

Formulação de instrumentos econômicos: Pagamento por Serviços Ambientais

- proteção da água
- conservação da biodiversidade e da paisagem
- fixação de carbono

Recursos de compensação de emissões de gases de efeito estufa (MDL e neutralização voluntária)

ALGUMAS AÇÕES EM ANDAMENTO

INSTRUMENTOS ECONÔMICOS - PSA

Sequestro de carbono em reflorestamento ciliar

O reflorestamento ciliar promove a absorção real e mensurável de carbono (compatível com a integridade da Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto).

A proteção legal conferida pelo Código Florestal (Lei Federal 4771/65) contribui para assegurar a permanência do carbono, pois não poderá haver a supressão das florestas implantadas

É preciso demonstrar adicionalidade em cada projeto (absorção de carbono que não ocorreria sem o projeto)

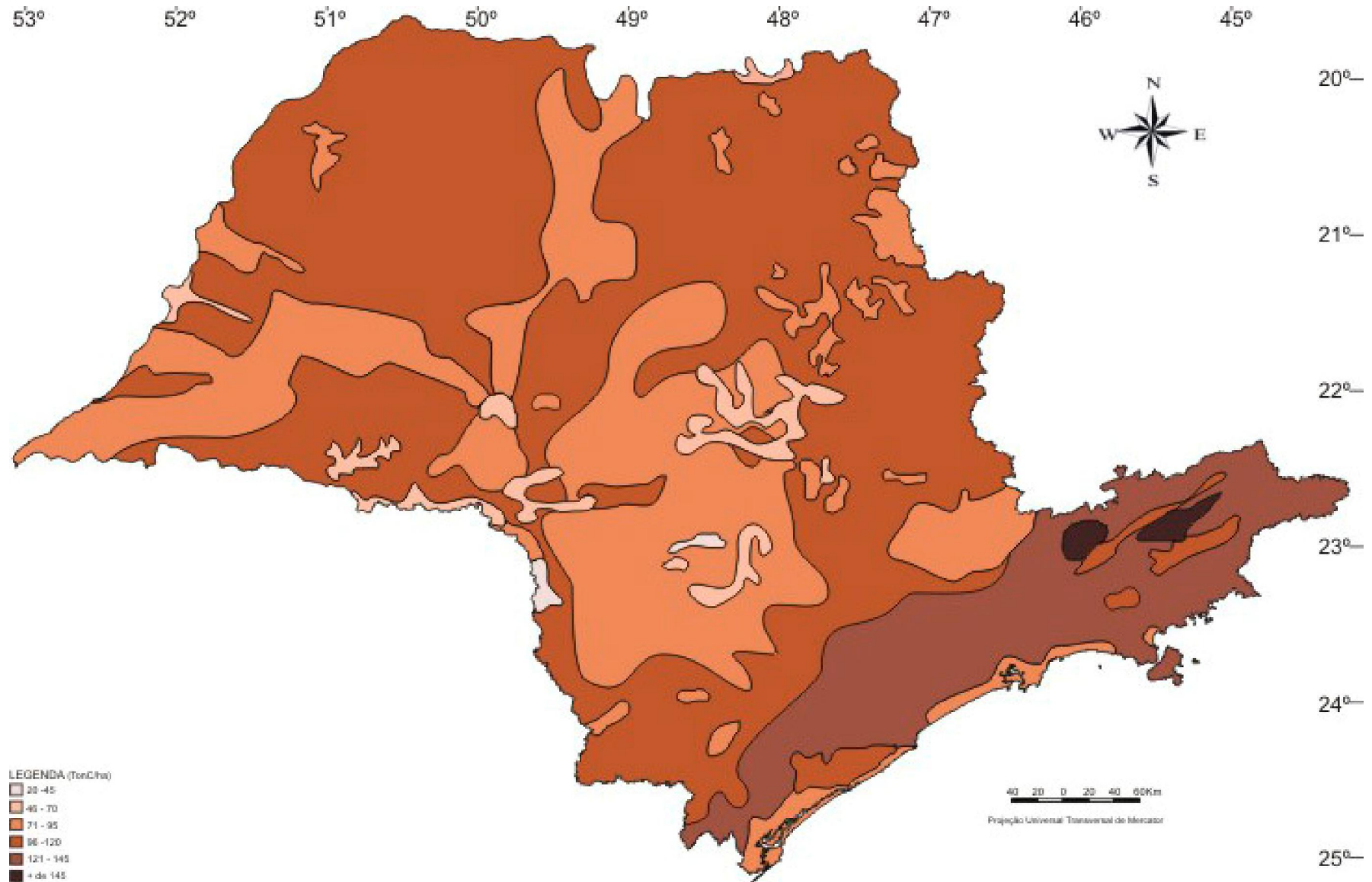
Há metodologia aprovada e outras em análise no EB

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE GERAÇÃO DE CRÉDITOS DE CARBONO EM PROJETOS DE RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES CENBIO (RECURSOS DO FEHIDRO)

Primeira fase: elaboração de um mapa com o potencial de acúmulo de biomassa no Estado de São Paulo considerando:

- **Dados pluviométricos (médias anuais para cada município)**
- **Déficit hídrico (meses de seca)**
- **Pedologia**
- **Vegetação original e atual**
- **Solarimetria**

ÍNDICE DE BIOMASSA POTENCIAL



Segunda fase: (em finalização)

- **PDD baseado na metodologia de pequena escala, para a microbacia do Ribeirão do Meio em Socorro
previsão de faixa tampão além da mata ciliar: geração de renda, redução do efeito de borda, aumento do estoque de carbono e da viabilidade do projeto.**
- **Guia de orientação para a elaboração de Projetos de Reflorestamento capazes de gerar créditos de carbono.**
- **Desenvolvimento de metodologias para monitoramento (IF Assis)**

PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA

- **Parceria SMA, SAA, ANA e TNC**
- **Prevê remuneração, usando recursos da cobrança pelo uso da água (federal), para produtores que preservam e/ou recuperam mata nativa e manejam adequadamente o solo em áreas prioritárias**
- **Pilotos nas bacias PCJ e Paraíba - objetivos: validação de metodologia de monitoramento, avaliação da adesão de produtores e definição de arranjo institucional**
- **Aprovado pelo Comitê do PCJ (Deliberação setembro 2006 altera plano da bacia, aprovação do projeto em março) em discussão no CEIVAP (criado GT)**

BANCO DE ÁREAS DISPONÍVEIS PARA RECUPERAÇÃO

criado pela Resolução SMA 30/07

OBJETIVO:

**Aproximar interessados em executar plantio de floresta
(compensação voluntária de emissões, compensações
em licenciamento, etc.) e proprietários com áreas
disponíveis**

Inscrição voluntária e sem custo

As informações não acarretarão multas para os produtores

SIGAM/CPRN/SMA - Microsoft Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Endereço <http://sigam.cetesb.sp.gov.br/Sigam2/Default.aspx?idPagina=2393&Autentica=1> Ir pdf Go 1 PDF


PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO Destaques

Desenvolvimento de Políticas Restauração Sustentável Projetos Demonstrativos Educação Ambiental Gestão e Monitoramento **DPP**

Acesso Personalizado


SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
SIGAM / SMA

SIGAM - Sistema Integrado de Gestão Ambiental
Projeto de Recuperação de Matas Ciliares



Home

Projeto Matas Ciliares




Eventos

Links


- Banco Mundial
- CPRN-SIGAM
- FIA
- Fundação Florestal
- GEF
- Instituto de Botânica
- Instituto de Economia Agrícola

Imagens

Fotos



Córrego do Barreiro - Gabriel Monteiro



Ensaio com poleiro artificial como técnica nucleadora - Sumaré

Avisos - Aquisições e Contratações

Avisos

1. [Microbacia de Cunha](#)
2. [Microbacia de Cabreúva](#)

Aquisições e Contratações

- Organizações para executar projetos de recuperação
- Diretrizes para Aquisições - Banco Mundial
- Diretrizes para Consultores - Banco Mundial

Serviços

- Comunicados
- Documentos do Projeto
- Legislação
- Publicações
- Viveiros - Fundação Florestal
- Viveiros - Instituto de Botânica

Notícias

- Resolução SMA 58 de 29/12/2006**
26/01/2007 Nova Resolução sobre Reflorestamento de Áreas Degradadas
- Rádio Sintonia Verde**
26/01/2007 Programas de rádio

Home Portal SMA Portal SP Home Portal Contato FIA Créditos Imprimir

Internet

Iniciar 4 Windows ... Banco Munda... Microsoft Pow... SIGAM/CPRN/... 4 Microsoft ... PT 18:19

RESOLUÇÃO SMA 42, DE 26/09/2007

CADASTRAMENTO DAS ÁREAS CILIARES

Comunicação dos proprietários

Prazos diferenciados para:

- **Propriedades canavieiras**
- **Grandes propriedades (>2.000ha), florestas para papel e celulose, represas energia e saneamento**
- **Propriedades entre 500 e 2.000ha**
- **Propriedades entre 200 e 500ha**

RESOLUÇÃO SMA 42, DE 26/09/2007

A RECUPERAÇÃO DE MATA CILIAR COM ESPÉCIES NATIVAS NÃO DEPENDE DE AUTORIZAÇÃO

Inclui plantio de mudas, indução/condução da regeneração natural, manejo de espécies-problema

Comunicação para acompanhamento

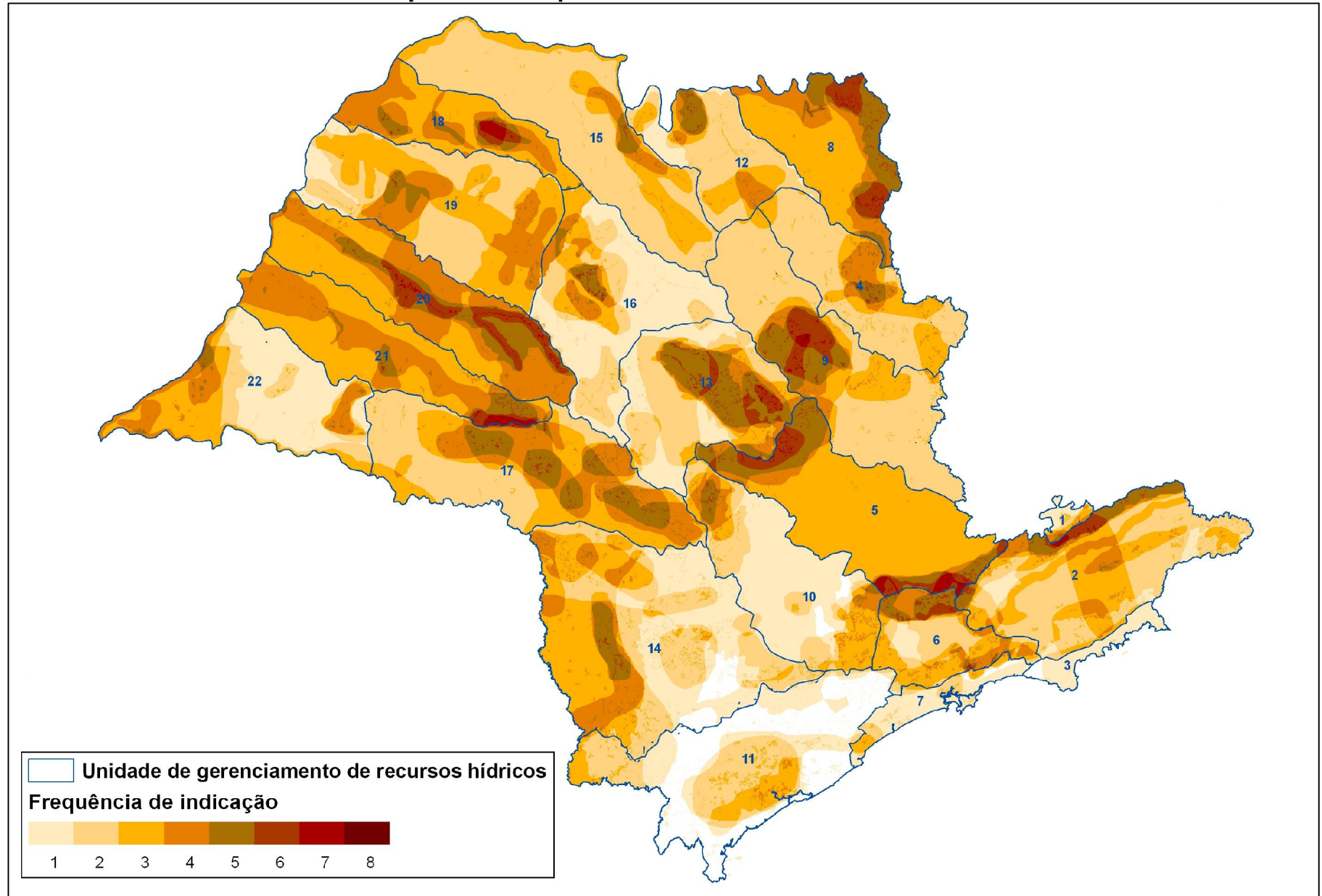
Orientação técnica: diretrizes, chave para tomada de decisão e lista de espécies de ocorrência regional

RESERVA LEGAL

- **Averbação de 20% da propriedade**
- **Quem não tem 20% pode recuperar no próprio imóvel (em 30 anos), compensar em outro local ou adquirir e doar áreas para a regularização fundiária de UC**
- **A RL pode ser explorada sob a forma de manejo sustentável**
- **Para pequenas propriedades podem ser computados plantios de exóticas, frutíferas ou ornamentais**
- **A RL pode ser mantida em condomínio**
- **Oportunidade para valorização de florestas: excedentes podem ser cedidos por arrendamento para cumprir obrigação de RL de outras propriedades**

PROJETO BIOTA – MAPA SÍNTESE

Áreas prioritárias para incremento da conectividade



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

**CPRN - Coordenadoria de Licenciamento
Ambiental e Proteção de Recursos Naturais
tel (11) 31333315**

**DEPRN – Departamento Estadual de Proteção
de Recursos Naturais
Diretoria Geral - tel (11) 3030-6804**

Projeto Mata Ciliar
Informações no sítio eletrônico da SMA
(www.ambiente.sp.gov.br)
mataciliar@cetesbnet.sp.gov.br
tel (11) 3133 3039

